

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA – UFSM  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO - LATO SENSU – EM GESTÃO  
PÚBLICA NA MODALIDADE A DISTÂNCIA PELO PÓLO DE  
CAMARGO/RS**

**GERAÇÃO DE RENDA NA AGRICULTURA FAMILIAR ATRAVÉS DO  
PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**

**ARTIGO CIENTÍFICO DE ESPECIALIZAÇÃO**

**Ana Carla Dalla Costa Radomski**

**Santa Maria, RS, Brasil  
2014**

**GERAÇÃO DE RENDA NA AGRICULTURA FAMILIAR ATRAVÉS DO  
PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**

**Ana Carla Dalla Costa Radomski**

Artigo científico apresentado ao Curso de Especialização do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública, da Universidade de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Especialista em Gestão Pública.**

Orientador: Prof. Dr. Ivo Elesbão

Santa Maria, RS, Brasil  
2014

**Universidade Federal de Santa Maria – UFSM**  
**Programa De Pós-Graduação - Lato Sensu – em Gestão Pública na**  
**Modalidade a Distância pelo Pólo de Camargo/RS**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,  
aprova o Artigo Científico de Especialização

**GERAÇÃO DE RENDA NA AGRICULTURA FAMILIAR ATRAVÉS DO**  
**PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**

elaborado por  
**Ana Carla Dalla Costa Radomski**

como requisito parcial para obtenção do grau de  
**Especialista em Gestão Pública**

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

**Ivo Elesbão, Dr.**  
(Presidente/Orientador)

**Adayr da Silva Ilha**

**Reisoli Bender Filho**

Santa Maria, RS, agosto de 2014

# GERAÇÃO DE RENDA NA AGRICULTURA FAMILIAR ATRAVÉS DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Ana Carla Dalla Costa Radomski

**Resumo:** O trabalho aborda a implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no município de Camargo-RS. Com a aprovação da Lei Federal da Alimentação Escolar (Lei nº 11.947/09), um importante precedente foi aberto nas relações de compra realizadas pelas Instituições Públicas e com auxílio da Emater e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais os agricultores estão em processo de adequação às exigências do Programa. No ano de 1998 foi iniciada a comercialização de gêneros alimentícios para as Instituições Escolares atendendo assim todos os estudantes do município através da agricultura familiar. No ano 2014 a comercialização com a agricultura familiar foi de 34,28% dos recursos totais, percentual que pode ser ampliado com a adesão e interesse de mais produtores ao Programa ampliando a diversificação dos alimentos disponibilizados aos alunos. A utilização de gêneros alimentícios locais, frescos e mais saudáveis na alimentação escolar tornou a merenda escolar mais saborosa e nutritiva. Os dados foram obtidos e analisados a partir das entrevistas realizadas. São apresentadas as dificuldades e potencialidades de adesão dos agricultores ao PNAE, além de levantar algumas sugestões para o melhoramento do Programa. Percebesse as perspectivas e interesse dos agricultores e gestores em relação à ampliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar no município de Camargo- RS.

**Palavras-chave:** Agricultura Familiar, Programa Nacional de Alimentação Escolar, Geração de Renda.

**Abstract:** This paper addresses the implementation of the National School Feeding Programme (PNAE) in the municipality of Camargo-RS. With the approval of the Federal Law on School Food (Law No. 11.947/09), an important precedent was opened in Buying relations undertaken by public institutions and aid Emater and the Rural Workers Union farmers are in the process of adaptation to the demands the Program. In 1998 the marketing of foodstuffs to the School Institutions was started so all students attending the city through the family farm. In 2014 with the sale of the family farm was 34,28% of total assets, a percentage that can be expanded with the membership and interests of producers over the program expanding diversification of food available to students. The use of local, fresh and healthier school food in foodstuffs become more tasty and nutritious school lunches. Data were collected and analyzed from the interviews. Difficulties and potential accession to the farmers PNAE are presented, as well as raising some suggestions for improving the program. Realize the perspectives and interests of farmers and managers in relation to the expansion of the National School Feeding Programme in the municipality of Camargo-RS.

**Keywords:** Family Farming, National School Feeding Programme, Income Generat

## **1 INTRODUÇÃO**

Este trabalho trata de uma Política Pública denominada de Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) que foi regulamentada pela Lei 11.947 e sancionada em junho de 2009, que autoriza à gestão pública a comercialização de alimentos produzidos na Agricultura Familiar para a execução da merenda escolar.

O Programa garante, por meio da transferência de recursos financeiros, a alimentação escolar dos alunos de toda a educação básica matriculados em escolas públicas e filantrópicas, passando a oferecer alimentação gratuita para cerca de 36 milhões de alunos em todo o país. Sendo que em muitos casos a alimentação escolar representa a principal refeição realizada no dia (BRASIL, 2011).

A agricultura é uma atividade de grande importância para a economia do país, sendo que no estado do Rio Grande do Sul predominam pequenas propriedades de cunho familiar, devido a influências dos imigrantes europeus (RIVA, 2009). Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2006) mais de 80% das propriedades rurais do estado são de porte pequeno.

Conforme o Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE, 2011), o objetivo primordial do PNAE é atender as necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência em sala de aula, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes, bem como promover a formação de hábitos alimentares saudáveis.

Por outro lado, visa o fortalecimento da agricultura familiar local, com a aquisição da produção dos alimentos fornecidos pelos agricultores do município. Valorizando assim os alimentos produzidos pelas pequenas propriedades, aumentando a renda dos agricultores familiares, incentivando o melhoramento da infraestrutura das propriedades rurais e evitando o êxodo rural da juventude.

O PNAE é uma opção para a complementação de renda dos agricultores familiares. Garante a compra de parte da produção da unidade de produção. Souza Filho e Batalha (2005) destacam que para participar deste Programa os agricultores precisam se enquadrar nas categorias do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF e, preferencialmente, estar organizados em cooperativas, associações ou grupos informais, de no mínimo, cinco agricultores.

A Lei 11.947/09 em seu art. 14 estabelece que:

Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidade de quilombolas (BRASIL, 2009).

A pesquisa tem como objetivo geral analisar se as Políticas Públicas do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) implantada pelo governo do município de Camargo/RS estão gerando mais renda para a agricultura familiar.

Na primeira parte do artigo com base em revisão de literatura, aborda-se a importância da agricultura familiar, contextualizando o Programa Nacional de Alimentação Escolar. Após apresenta-se a metodologia do trabalho visando uma breve descrição dos procedimentos e métodos que auxiliaram na elaboração deste artigo, em seguida é descrita a caracterização do município com seus dados e informações relevantes.

A próxima etapa do trabalho foi à descrição da implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar no município de Camargo e a visão do programa na esfera educacional onde foi abordado desde o início da distribuição da merenda escolar, antes do programa ser inserido como obrigatoriedade nas escolas, até a realização das entrevistas dos agricultores e servidores das escolas, após compiladas todas as informações coletadas, foram analisados e descritos os tópicos mais importantes da pesquisa. Finalizando elaboro as minhas considerações finais, concluindo que esta política pública teve resultados positivos para todos os envolvidos no processo.

## **2 A IMPORTÂNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR**

De acordo com Mello Lopes (s/d, p. 4) “a discussão sobre a importância e o papel da agricultura familiar vem ganhando impulso nos debates relacionados ao desenvolvimento sustentável e também na geração de emprego e renda”.

Sulzbacher (2009, p. 5) enfatiza que:

O setor agropecuário, em especial a agricultura familiar, somente passa a assumir importância política a partir da década de 1990, oportunidade em que é criada a Lei da Agricultura Familiar. Reconhecimento este, resultante da luta histórica da sociedade civil organizada, representada pelos movimentos sociais, sindicatos, dentre outros. Até então ela esteve recolhida às sombras do paradigma desenvolvimentista.

A partir deste importante momento, se conseguiu mostrar cada vez mais a importância deste modelo de agricultura, que gera inúmeros empregos e conseqüentemente renda para várias famílias de pequenos agricultores. O que mostra a fundamental importância de buscarmos novas opções para o fortalecimento deste importante segmento para o desenvolvimento local e regional. A Lei Federal 11.326 de 24 de julho de 2006 estabelece que a agricultura familiar é caracterizada pela administração familiar, onde o proprietário dirige o processo produtivo, utilizada para todos os afazeres da propriedade somente mão-de-obra dos membros da família. A importância desse segmento é demonstrada por Portugal (2004) onde a agricultura familiar tem papel fundamental na economia das pequenas cidades, sendo que 4.928 municípios têm menos de 50.000 habitantes, sendo esses produtores e suas famílias responsáveis pelos empregos e serviços das cidades pequenas. De acordo com Cassel (2007) o universo de estabelecimentos rurais, 85% são consideradas agricultura familiar, as quais são responsáveis por 60% da produção de alimentos e de matéria-prima, sendo responsável por cerca de 10% do PIB nacional e respondendo por 77% das ocupações produtivas e dos empregos no meio rural.

Conforme Miotto, Perius e Willwock (2006) existem mais de um milhão de pessoas envolvidas nesse segmento, sendo um dos que mais viabiliza empregos e o mais promissor para o RS e o Brasil. Sua melhoria e inserção no mercado tem impacto importante no país. Este segmento de agricultura exerce um importante papel na segurança alimentar, função ambiental, econômica e social, sendo lembrada por ser grande provedora de alimentos.

De acordo com Guilhoto, (2006) o Sul do Brasil é a região que mais sobressai na produção familiar, sendo que em 2004, o PIB do agronegócio familiar nacional atingiu R\$ 181 bilhões, dos quais cerca de 44% ou R\$ 80 bilhões estavam concentradas na região Sul e, destes, metade no Rio Grande do Sul (GUILHOTO et al., 2006).

Almeida et al. (1996, apud MENEGETTI, 2009), citam razões pela qual a agricultura familiar possibilita melhorias na sustentabilidade: equilíbrio entre econômico, social e ambiental, combinando o trabalho e a organização profissional; funcionamento econômico no atendimento das necessidades das famílias e na manutenção do potencial produtivo da terra, esta percebida como um patrimônio e não somente na maximização do capital e do lucro a curto prazo.

Os mesmos autores defendem que este modelo de produção e consumo tem como característica a valorização da diversidade, dos polí cultivos, das criações, onde as decisões são tomadas e aplicadas pelo grupo familiar, mantendo uma relação de simbiose com a terra,

valorizando as potencialidades e estratégias de reprodução econômica eficaz, de forma coletiva, encorajando e favorecendo o planejamento, o desenvolvimento local e a gestão coletiva dos recursos naturais, bem como a distribuição equitativa e a administração mais equilibrada e sustentada da Unidade de Produção Agrícola (UPA) através da pluriatividade (ALMEIDA et al., 1996, apud MENEGETTI, 2009).

Conforme a Lei Federal 11.346, em seu artigo 3º, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente aos seguintes requisitos:

- I – não detenha, a qualquer título, área maior do que quatro módulos fiscais;
- II – utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III – tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
- IV – Dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006).

A agricultura familiar tem como vocação principal a produção dos alimentos que são disponibilizados para o consumo humano. Entre seus principais produtos estão: a produção de milho, mandioca, feijão, leite, carne bovina, ovinos, caprinos, olericultura, cana, arroz, suínos, aves, café, trigo, mamona, fruticulturas e hortaliças. Desta maneira, inferindo diretamente na segurança Alimentar e Nutricional (SAN) da população, diferentemente da produção de escala que tem como destinação primordial a exportação e a alimentação animal e, crescentemente, a produção de agrocombustíveis.

Uma das dificuldades encontrada pelos agricultores familiares refere-se à comercialização (principalmente para os produtos não *commodities*). Segundo Souza Filho e Batalha (2005), este é o maior gargalo relacionado com a agricultura familiar. Nesse sentido, fazem-se necessárias estratégias para o escoamento, a fim de fortalecer a atividade, minimizando os entraves encontrados.

Uma estratégia que pode ser utilizada é o uso de canais de comercialização, a fim de atender uma demanda específica do mercado-alvo. De acordo com os mesmos autores, canais de distribuição podem ser representados como um conjunto de organizações interdependentes envolvidas no processo de tornar disponível um produto ou serviço para uso ou consumo.

A agricultura familiar precisa ser estimulada por uma questão de justiça social, equidade, pois representa a melhor opção em termos de sustentabilidade econômica, social e ambiental. A capacitação dos agricultores familiares, bem como o fortalecimento de suas instituições para o exercício da participação, é um ponto fundamental para o avanço da

democracia social. Assim, é muito importante o conhecimento, pelos agricultores familiares e suas instituições, dos sistemas de tomada de decisão nas instâncias local, regional, nacional e até internacional, para que possam participar ativamente, influir nas políticas macroeconômicas, e se articular com outros agentes sociais, visando à elaboração de políticas setoriais e diferenciadas sustentáveis (MENEGETTI, 2009).

Magri e Conti (2008 apud BRUGNERA, 2011), ressaltam que a agricultura familiar é responsável por parte considerável da geração de emprego, renda e produção de alimentos. Os agricultores familiares trabalham com alta produtividade. Segundo dados do Fundo das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), a rentabilidade da agricultura familiar é de R\$ 140,00 por ha, ao passo que a agricultura patronal apresenta na mesma área a lucratividade de R\$ 44,00.

Para Toscano (2003) necessita-se fortalecer e estimular a agricultura familiar com o objetivo de superar o padrão de carência existente no meio rural brasileiro. Dessa forma, é impossível considerar um projeto nacional do desenvolvimento sustentável, levando em conta não só o enorme potencial da agricultura familiar pela expressão econômica, mas também por sua dimensão sociocultural e ambiental, com a ampliação da Extensão Rural e da Assistência Técnica. A pesquisa agrícola deve atentar para as necessidades dos agricultores e da agricultura familiar, estabelecendo um seguro agrícola que garanta a renda dos agricultores; o crédito rural do PRONAF deve considerar de forma mais efetiva as questões do desenvolvimento regional e territorial.

O mesmo autor ressalta que, todos os países desenvolvidos têm na agricultura familiar o sustento do dinamismo econômico e da distribuição saudável da riqueza nacional. Todos eles, em algum momento da história, promoveram a reforma agrária e a valorização da agricultura familiar, pois o bom desempenho e o fortalecimento desta estão associados à dependência da capacidade de articulação dos diversos atores sociais envolvidos (TOSCANO 2003).

Estes dados representam a importância do setor como gerador de recursos e manutenção da população rural ligada a terra e sua importância como estratégia de produção e no abastecimento alimentar da população. Porém, quando se trata de políticas públicas específicas, há uma deficiência em ações de promoção e valorização deste setor para que se torne mais autônomo em toda cadeia produtiva e continue viabilizando sua própria condição de vida e dinamizando o desenvolvimento rural de modo mais amplo.

O ano de 2014 como “Ano Internacional da Agricultura Familiar” (AIAF) é fruto da iniciativa de movimentos sociais do campo com apoio de vários governos, inclusive do Brasil, que iniciaram uma campanha em 2008 para que as Nações Unidas adotassem a proposta de um AIAF, aumentando a visibilidade da agricultura familiar e dos pequenos agricultores, focalizando a atenção mundial em seu importante papel na erradicação da fome e da pobreza, melhora dos meios de subsistência, gestão de recursos naturais, proteção do meio ambiente para o desenvolvimento sustentável, particularmente nas áreas rurais (Disponível no site: <http://aiaf2014.gov.br/aiaf/o-ano-internacional>).

O objetivo do AIAF de 2014 é colocar a agricultura familiar no centro das políticas agrícolas ambientais e sociais nas agendas nacionais, identificando oportunidades para promover uma mudança rumo a um desenvolvimento mais justo e igualitário. O AIAF 2014 vai promover uma ampla discussão e cooperação no âmbito nacional, regional e global para aumentar a conscientização dos desafios que os pequenos agricultores enfrentam e ajudar a identificar maneiras eficientes de apoiar os agricultores familiares.(Disponível no site: <http://www.fao.org/family-farming-2014/home/objetivos-e-linhas-de-acao/pt/>).

## **2.1 Contextualização do Programa Nacional de Alimentação Escolar**

Até o ano 1994 o governo administrava a distribuição da merenda escolar de forma centralizada, a aquisição dos alimentos que seriam fornecidos a todos os municípios do País era realizada, em sua maior parte, pelo governo Federal e uma pequena parcela pelo governo do Estadual. De Brasília esta merenda era distribuída as centrais regionais e estas redistribuíam aos municípios.

Os produtos em sua maioria eram industrializados e de maneira geral a aceitação não era boa por parte dos alunos. Um dos maiores problemas era o prazo de validade, prestes a vencer, causando transtornos quanto ao armazenamento, com consequências para o preparo e consumo.

Por volta de 1996, a descentralização começou a ser implantada em todo o País, através do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE; este programa propunha a distribuição de recursos financeiros vinculados a um valor por aluno repassado aos municípios e estados para a aquisição da merenda para os alunos das redes de ensino público.

Atualmente, o valor repassado pela União a estados e municípios por dia letivo para cada aluno é definido de acordo com a etapa e modalidade de ensino: Creches: R\$ 1,00, Pré-escola: R\$ 0,50, Escolas indígenas e quilombolas: R\$ 0,60, Ensino fundamental, médio e

educação de jovens e adultos: R\$ 0,30 , Ensino integral: R\$ 1,00, Alunos do Programa Mais Educação: R\$ 0,90, Alunos que frequentam o Atendimento Educacional Especializado no contraturno: R\$ 0,50.

Com a aprovação da Lei 11.947; de 16/06/2009; define que 30% dos recursos destinados a alimentação escolar seja investido na compra direta de produtos da agricultura familiar, conforme dados FNDE.

Do ponto de vista do desenvolvimento local, a compra e a gestão descentralizada da alimentação escolar é um importante fator na medida em que os produtos são adquiridos de produtores locais, proporcionando a geração de trabalho e renda ao agricultor familiar (WASTOWSKI et al., 2006).

A administração da alimentação escolar de forma descentralizada foi um grande avanço para este programa, pois permitiu racionalizar a logística e os custos de distribuição, viabilizar o crescimento e desenvolvimento da agricultura familiar do local, além de poder fornecer ao aluno uma alimentação mais saudável visto que os alimentos são colhidos e entregues em espaço de tempo mais curto, proporcionando um melhor aproveitamento nutricional (AMARAL, 2007).

O objetivo do programa é suprir no mínimo 15% das necessidades nutricionais diárias dos alunos, os produtos adquiridos pelo Programa são alimentos básicos; produzidos na região, respeitando sempre o hábito alimentar local. Em nossa região os alimentos comercializados pelo programa são: leite pasteurizado e queijo, feijão, mandioca, batata doce, legumes pertinentes a região como chuchu, cenoura, beterraba, moranga japonesa, e outras, massa caseira fresca de tipos variados, cuca e frutas da região como laranja, abacate, bergamota, pêsego, sendo que esta alimentação vai estimular a formação de bons hábitos alimentares (WASTOWSKI et al., 2006).

A presença de uma nutricionista na escola propicia a elaboração do cardápio da merenda escolar mais nutritivo, com o objetivo de orientar os alunos sobre a importância de uma alimentação de qualidade para suas vidas, buscando sempre a elaboração dos cardápios da merenda escolar, utilizando os alimentos disponíveis na lista de compra, adquiridos pelas prefeituras através do PNAE tendo por finalidade a compra de alimentos frescos e saudáveis.

A partir da descentralização, o município passa a ser gestor da alimentação escolar viabilizando muitas possibilidades como aponta Wastowski et al. (2006):

- A elaboração da alimentação escolar deve ser compatível com os hábitos alimentares das comunidades, através da inclusão de gêneros que fazem parte a dieta habitual.

- Deve-se fazer o aproveitamento integral dos alimentos, utilizar os produtos da época e ter facilidade de acesso aos produtos.

- Promover o desenvolvimento local, já que os produtos são produzidos e comercializados pelos próprios agricultores, agregando maior valor e ter a certeza de que seus produtos serão comprados pela prefeitura municipal através do Programa Nacional de Alimentação.

- A valorização do trabalho do meio rural, através da garantia de sua subsistência e a comercialização dos produtos excedentes produzidos na propriedade, garantindo a permanência da família no meio rural, pois esta comercialização gera um aumento da renda na agricultura familiar.

A compra dos gêneros alimentícios deverá observar os critérios e modalidades que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública.

O cardápio da alimentação escolar será elaborado por nutricionista habilitado e esta tarefa se estende a outros profissionais como os merendeiros, o Conselho de alimentação escolar e a comunidade escolar como um todo. O trabalho em conjunto é necessário para que se possam alcançar objetivos comuns de desenvolvimento comunitário e qualidade da alimentação escolar servida (CAMARGO, 2014).

Dentro do enfoque de desenvolvimento local, ressalta-se a eminência da inserção da vocação agrícola do município na formulação dos cardápios. O estímulo à comercialização local e a melhoria das condições econômicas e sociais da população, com o envolvimento dos produtores locais no fornecimento dos alimentos que integram o cardápio, dinamizam a promoção do desenvolvimento do município. Além disso, há a melhoria da qualidade nutricional da alimentação escolar e o respeito aos hábitos alimentares da região, favorecendo a segurança alimentar da população. Para isso, o planejamento do cardápio deve estar vinculado as ofertas agrícolas existentes no local, priorizando preparações de merenda que contenham estes produtos (WASTOWSKI et al., 2006).

Para a inclusão do produtor nas licitações do programa é necessário que o interessado estabeleça contatos com os Sindicatos de Agricultores, com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/RS-Ascar), esta parceria possibilita que os pequenos produtores possam participar nos processos de compra de alimentos para a alimentação escolar (WASTOWSKI et al., 2006).

A quantidade de gêneros alimentícios a serem adquiridos é estimada com base nos cardápios elaborados pela nutricionista do município.

O período de fornecimento e de entrega dos alimentos para a escola decorre no ano letivo, sendo que na licitação consta uma observação onde poderá ocorrer entrega posterior ao ano letivo, até que seja feita uma nova licitação.

O Programa de Alimentação Escolar, por intermédio de sua legislação, dita orientações quanto à elaboração do cardápio, que devem ser seguidas, dentre as quais, destacam-se, segundo Wastowski et. al. (2006):

- Suprir 15% das necessidades nutricionais diárias dos alunos matriculados em creches, pré-escolas e ensino fundamental e 30% das necessidades nutricionais diárias dos alunos de escolas indígenas.

- 70% dos recursos financeiros devem ser destinados à aquisição de produtos básicos.

- Utilizar somente alimentos que tenham índice de aceitabilidade de pelo menos acima de 85%.

- Adquirir alimentos que atendam ao disposto na legislação de alimentos estabelecida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária e pelo Ministério da Agricultura.

O Brasil, especialmente o Rio Grande do Sul, possui diversas influências culturais que determinam em grande parte os hábitos, e preferências alimentares. Portanto deve-se atentar para as especificidades de cada região e elaborar o cardápio de acordo com a cultura alimentar. A escolha dos alimentos, sua preparação e consumo estão relacionados com a identidade cultural são fatores desenvolvidos ao longo do tempo, que distinguem um grupo social de outro e que estão intimamente relacionados com a história, o ambiente e as exigências específicas impostas ao grupo social pelo dia-a-dia. Devem-se evitar padronizações de hábitos alimentares, privilegiando a cultura de cada região, valorizando a diversidade, a história agrícola, a culinária tradicional e a soberania alimentar.

O PNAE tem sido um instrumento capaz de legitimar a sustentabilidade nas suas diferentes dimensões, pois busca a localização e a regionalização da alimentação escolar; constitui-se em expressivo mercado consumidor de diferentes demandas reprimidas bens e serviços da economia urbana (gerando emprego e renda) e rural (ao adquirir produtos da agricultura familiar, mantendo o produtor e sua família no campo); permitindo a inclusão tanto de beneficiários como fornecedores, e respeitando culturas, tradições e comportamentos alimentares tão diferenciados (WASTOWSKI et al., 2006).

### 3 METODOLOGIA

Esta parte do trabalho é destinada para uma breve descrição dos procedimentos e métodos que auxiliaram na elaboração desta pesquisa. Lehfeld (1991) se refere à pesquisa como sendo “a inquirição, o procedimento sistemático e intensivo, que tem por objetivo descobrir e interpretar os fatos que estão inseridos em uma determinada realidade”.

Este estudo utilizará quanto a forma de abordagem a pesquisa qualitativa que segundo Gerhardt e Silveira (2009, p. 28):

Busca explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantifica os valores e as trocas simbólicas nem se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados não são métricos (suscitados e de interação) e se valem de diferentes abordagens. [...] o cientista é ao mesmo tempo o sujeito e o objeto de suas pesquisas.

A pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e nos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2010).

Para fins de determinação de público, optou-se por trabalhar com três grupos-alvo. O primeiro é formado pelos agricultores familiares que entregam seus produtos na merenda escolar através do programa PNAE em Camargo. Este grupo é formado por cinco famílias as quais representam a totalidade dos fornecedores locais.

Dois deles possuem suas próprias agroindústrias familiares, uma produz derivados de trigo (massas, pastéis, etc.) e a outra agroindústria que processa leite, produzindo leite pasteurizado e queijo fatiado. Outros dois produtores rurais são caracterizados como agricultores familiares, que entregam produtos *in natura* (legumes, cereais, frutas). Outro fornecedor do programa é um produtor que tem uma agroindústria de abate de peixes, o qual fornece filés de peixe para a merenda. Os cinco produtores ligados ao PNAE também são enquadrados no Programa Nacional do Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF.

O segundo grupo entrevistado é formado pela direção da escola e uma merendeira que acompanha as crianças no momento da merenda. Foram analisadas duas escolas do município: a Escola Estadual Pandiá Calógeras, que atende o maior grupo de alunos, compreendendo o ensino fundamental e médio; e a Escola Municipal de Educação Infantil Casa da Criança Dona Dele que compreende a pré-escola (de maternal a pré-escola).

O terceiro grupo entrevistado foram os extensionistas da Emater do município de Camargo, formado pela Extensionista voltada a área social e o responsável pelo escritório municipal da Emater em Camargo.

Para cada grupo de entrevistados, foi elaborado um roteiro com questões específicas a fim de coletar os dados de cada parte que integra o PNAE em Camargo. As entrevistas foram previamente agendadas, informando o assunto a ser tratado, a disponibilidade em participar do estudo e a garantia do anonimato dos participantes.

**Quadro 1** - Identificação dos sujeitos da pesquisa.

<b>Famílias Entrevistadas</b>	<b>Entrevistados nas Escolas do município</b>
F1 = Família 1	D1= Diretor Estadual
F2 = Família 2	D2= Diretor Municipal
F3 = Família 3	M1= Merendeira Estadual
F4 = Família 4	M2= Merendeira Municipal
F5 = Família 5	

Fonte: Dados de pesquisa.

As entrevistas foram gravadas e transcritas. As interlocuções foram realizadas de acordo com a possibilidade de tempo dos atores envolvidos, e quando os mesmos vinham a cidade, as maiorias das entrevistas foram feitas no Escritório Municipal da Emater/RS, outras foram previamente agendas nas escolas.

### **3.1 Caracterização do Município**

O município de Camargo está situado na região norte do Estado do Rio Grande do Sul no Planalto Médio, pertence à Associação dos Municípios da Encosta Superior do Nordeste do Rio Grande do Sul, com uma área física de 138,06 Km<sup>2</sup>, altitude média de 432 m, longitude de 52, 202, latitude de 28, 587. Possui uma população de 2.591 habitantes, sendo 1.095 na área urbana e 1.496 na área rural, com uma densidade demográfica de 17,9 hab./km<sup>2</sup> (IBGE, 2011).

De acordo com os dados da Prefeitura Municipal sobre índices sociais, o município apresenta a taxa de analfabetismo de 10,35% e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,81 (CAMARGO, 2014).

O clima da região é do tipo subtropical-temperado com temperatura média anual de 18°C, chegando a 40°C no verão. A precipitação pluvial média anual é de 1700mm. O inverno é marcado por fortes geadas, eventuais nevascas e frequente neblina (LODI; ROMANINI, 1992).

A história de Camargo está ligada à colonização italiana, os primeiros imigrantes chegaram por volta de 1905 e encontraram a área ocupada por algumas famílias de caboclos. O rio existente neste local fora denominado de Camargo, surgindo daí a denominação do nome do município (CAMARGO, 2014).

As casas foram construídas próximas, a fim de proporcionar segurança e inter-relacionamento, praticavam agricultura e pecuária, as quais eram destinadas a subsistência e o excedente vendido aos próximos. Os imigrantes vindos da Europa se afirmaram sobre a agricultura, o artesanato rural e o comércio, sendo o comércio rural o principal mecanismo de contato com os imigrantes das colônias coma sociedade gaúcha (SCHNEIDER, 2004).

A economia tem no setor primário sua principal força, representando 89,8% do Produto Interno Bruto (PIB) (SEFAZ, 2010). De acordo com o Censo Agropecuário 2006, o município é formado por pequenas propriedades rurais com tamanho médio de 20 ha (IBGE, 2011). As principais atividades econômicas são: produção de grãos (soja, milho e trigo) e sistemas de integração para produção de carne (suínos e aves) e produção leiteira. Na produção agrícola de 2009 foram cultivados 4.200 hectares de soja e 2.600 de milho, sendo estes os cultivos mais expressivos do município.

A maior parte de sua população, o que equivale a 60% está estabelecida no meio rural, onde a mão de obra é praticamente absorvida na sua totalidade. A principal fonte de recursos utilizados para o financiamento da produção primária é proveniente do PRONAF (IBGE, 2010).

Estas características citadas elevam o município a uma posição de destaque regional em relação ao desenvolvimento, prosperidade e qualidade de vida da população. Destacamos dentre as várias atividades produtivas, existentes no município, a produção agrícola vegetal (soja, milho, trigo e canola), suinocultura, avicultura de corte e bovinocultura de leite.

O município de Camargo possui uma estrutura fundiária bem interessante, caracterizado por pequenas propriedades rurais, face ao sequencial processo de subdivisão das mesmas em virtude principalmente das partilhas hereditárias que resultaram em tal situação. Esta situação aliado ao fato de que a topografia do terreno relativamente ondulado, nos permite concluir que: ou as propriedades rurais são muito produtivas e dinâmicas ou em virtude do seu reduzido tamanho, tendem a desaparecer. Assim sendo é muito importante para a viabilidade das mesmas, estarem alicerçadas num sistema produtivo de diversificação de atividades, com um melhor aproveitamento dos fatores de produção e da utilização total da

mão-de-obra disponível na propriedade, atingindo assim um patamar relativamente satisfatório de sustentabilidade.

#### **4 IMPLIMENTAÇÃO DO PNAE EM CAMARGO**

Os estudantes de Camargo receberam, até o ano 1994, alimentos adquiridos pela instância federal. Segundo a Secretaria Municipal de Educação, os alimentos recebidos nem sempre chegavam ao município em bom estado para consumo e o cardápio era por vezes composto por produtos diferentes dos que fazem parte da alimentação cotidiana dos alunos. Naquele tempo o cardápio era elaborado pelo governo federal, este não atendia aos hábitos alimentares regionais, ocasionado por vezes até a rejeição da merenda pelos alunos (CAMARGO, 2014).

A partir de 1995, pelo processo de descentralização da compra da alimentação escolar, o município passa a receber o valor monetário para cada aluno, responsabilizando-se pela aquisição dos alimentos. O município passou a se organizar, instituiu o Conselho de Alimentação Escolar (CAE), em atendimento a legislação sendo apto a receber recursos e assumir o gerenciamento do Programa, o qual é vinculado à Secretaria Municipal de Educação (SMEC) com o assessoramento do CAE (BRUGNERA, 2011).

É significativa a melhoria da qualidade da alimentação escolar oferecida aos alunos do município de Camargo, após ocorrer a descentralização da aquisição dos alimentos através do governo federal (BRUGNERA, 2011).

É necessário salientar que o percentual gasto com o Programa Nacional Alimentar Escolar neste ano de 2014 reduziu se comparado o percentual gasto em 2013, de 37% para 34,3% em 2014, esta redução ocorreu devido a não adequação de alguns produtores as normas exigidas pela licitação (CAMARGO, 2014).

De acordo com as entrevistas realizadas com os agricultores familiares sendo estes os fornecedores dos gêneros alimentícios para o PNAE, gestores e merendeiras das escolas foram possíveis elencar as principais vantagens e dificuldades enfrentadas para adequação e participação no Programa.

Na tabela 1, podem ser observados os componentes da família e a mão-de-obra utilizada nas propriedades fornecedoras do PNAE em Camargo.

**Tabela 1-** Caracterização dos agricultores familiares que fornecem gêneros alimentícios para o PNAE em Camargo, 2014.

<b>Família</b>	<b>Área da propriedade (ha)</b>	<b>Nº integrantes da família</b>	<b>Crianças</b>	<b>Agroindústria na propriedade</b>	<b>Nº pessoas trabalham na propriedade</b>
F1	32	4	1	Derivados trigo	2
F2	16	3	-	-	2
F3	13	3	2	-	1
F4	36	6	-	Derivados leite	3
F5	15	5	1	Abatedouro peixes	4

Fonte: Dados de pesquisa.

Para a agricultura a comercialização direta dos seus produtos ainda é um processo novo. Sem os intermediários na comercialização da alimentação escolar o agricultor consegue obter melhores preços em seus produtos. Entretanto, o programa exige um esforço adicional para se profissionalizar e assumir maiores responsabilidades na gestão do negócio. O extensionista da Emater ressalta que o PNAE traz ao agricultor, exigências que o prepara para enfrentar o mercado, como uma estratégia que proporciona vantagens competitivas para os negócios agrícolas. No ano de 2014, o município comprou gêneros alimentícios de cinco agricultores familiares para atender a demanda do PNAE. Destes, três possuem agroindústrias familiares e dois produzem hortifrutigranjeiros.

**Quadro 2** - Principais produtos alimentícios comercializados no ano de 2014 para o PNAE em Camargo, 2014.

<b>Propriedade/Agroindústria</b>	<b>Produtos fornecidos ao PNAE</b>
F1	Massa caseira, disco de massa p/ pizza.
F2	Pêssego, chuchu, batata, cenoura, beterraba.
F3	Feijão, mandioca, bergamota, laranja de umbigo, laranja p/ suco, moranga japonesa, abacate.
F4	Leite pasteurizado e queijo fatiado
F5	Filé de peixe.

Fonte: Dados de pesquisa.

Nas propriedades analisadas, várias atividades econômicas são desenvolvidas para a formação da renda familiar, fato que evidencia que a diversificação das atividades é importante para a manutenção das propriedades rurais evitando a sua saída do campo.

**Tabela 2** - Atividades desenvolvidas nas propriedades fornecedoras do PNAE, Camargo, RS.

<b>Atividades/família</b>	<b>F1</b>	<b>F2</b>	<b>F3</b>	<b>F4</b>	<b>F5</b>
Gado Leiteiro	X			X	
Hortifrutigranjeiros		X	X		
Venda de mão-de-obra		X		X	
Soja	X	X	X	X	X

Milho			X	X	X
Agroindústria	X			X	X
Aves	X				
Peixes					X

Fonte: Dados de pesquisa.

Para a realização destas atividades é fundamental que os membros possuam uma divisão de tarefas e organização interna, pois somente desta forma a mão-de-obra e o tempo disponível podem ser aproveitados de forma eficiente e assim garantir a diversificação.

Quanto a participação destes agricultores no Programa, o trabalho realizado pela Emater é de fundamental importância na organização da produção na propriedade, da cooperação entre os agricultores e estes com o setor público. Esta relação viabilizou relações entre agricultores e Estado, através de assessoramento dos agricultores na produção e propondo ações junto a prefeitura municipal a fim de facilitar acesso ao mercado institucional que se traduz no município como o PNAE.

O responsável pela Emater local, afirma que as atribuições da empresa em relação ao programa abrangem desde a assistência técnica, mobilização de agricultores, orientação e elaboração de projetos até a capacitação de agricultores em boas práticas de produção. A divulgação deste programa junto aos produtores tem o objetivo de incentivar a participação de maior número de agricultores familiares no PNAE.

A comercialização dos produtos proporciona à família certeza de poder contar com uma determinada renda mensal, além de estar agregando valor aos produtos que estão sendo fornecidos sendo mais vantajoso que a venda no mercado convencional. Neste sentido, a produtora da família F1 que possui agroindústria de derivados de trigo afirma que se preocupa muito mais hoje com a segurança dos alimentos que oferece para a sua família e para as crianças da escola e todos os seus consumidores, sendo que passou a reparar nos rótulos e nas validades dos produtos e tem o cuidado de separar um exemplar de cada lote produzido e guarda por 3 meses por prevenção caso ocorra algum problema com determinado lote entregue.

De acordo com um dos produtores entrevistados que tem uma agroindústria de derivados de leite “é necessário entregar produtos de qualidade para a alimentação escolar, o mesmo produto que consumo em sua casa é o que eu entrego na escola, quero que minha filha receba uma boa merenda e me preocupo em fornecer um produto bom para os filhos de meus vizinhos, parentes e conhecidos” (F4).

A principal dificuldade que foi apontada pelos produtores que fornecem hortifrutigranjeiros ao PNAE é o dimensionamento da produção em função das sazonalidades e possíveis intempéries climáticas. O desafio é a organização da produção, pois é preciso assegurar qualidade, regularidade e quantidade.

Com o contrato de compra e venda, o agricultor tem por um lado a garantia da comercialização, por outro a responsabilidade com a entrega.

As principais dificuldades encontradas pela gestão pública municipal, aqui representada pela diretora da escola municipal, em adquirir mais produtos da agricultura familiar, são com a organização dos agricultores, pouca divulgação do programa, receio dos agricultores em comercializar com mercados institucionais, assim poucos se dispõem em fornecer seus produtos. Não há registros de associações ou cooperativas aptas a fornecer alimentos através da agricultura familiar, além da baixa diversidade e regularidade de gêneros produzidos, afetados em grande parte pelo fator climático.

Todos os agricultores disseram que é muito bom participar da licitação da merenda escolar, todos ganham, os agricultores familiares podem agregar valor a sua renda familiar, garantia certa da venda de seus produtos e o fornecimento de produtos saudáveis na merenda escolar.

Destaquei algumas sugestões deixadas pelos agricultores familiares para melhorar o andamento do programa no município:

Sugestões da família F1: “é a parte do picado quando participamos da licitação a gente se responsabiliza com a prefeitura, temos que entregar toda a mercadoria que está descrita no contrato, com seu respectivo prazo de entrega. Desta forma não há como não cumprir com o estabelecido por isso gostaria que a prefeitura pagasse o valor integral da compra, fosse ele no início, no meio ou no final do contrato mas não picado. Se recebesse o valor integral poderia investir na agroindústria na compra de máquinas novas, ou até mesmo na compra de farinha p/ todo ano, pois a farinha aumenta de preço durante o ano e o preço licitado dos produtos entregues fica fixo o ano todo, reduzindo o meu custo de produção poderia ter mais lucros na venda dos meus produtos”.

Sugestão da família F3: “para o produtor uma coisa boa seria, que o responsável pela merenda utilizasse o produto no período do ano certo, a mandioca devemos aproveitar ela antes da geada, porque daí ela descasca bem, cozinha bem, a moranga japonesa tenho bastante num determinado período do ano por isso gostaria que a nutricionista a utilizasse na safra, seria o ideal. A nutricionista deveria fazer o cardápio conforme a época do produto, tá certo

que se não der para adaptar o cardápio, eu entendo se não der para mudar tudo bem, mas se der p/ mudar os cardápios conforme a época de cada produto seria o ideal”.

Em decorrência destes depoimentos podemos constatar que todos os produtores têm uma sugestão a ser considerada, sendo as mesmas coerentes e conseqüentemente possíveis de serem colocadas em prática, o que está faltando é uma organização entre os produtores para que os mesmos levem as suas ideias de melhoria no programa, mediante um diálogo entre as partes interessadas, ou seja, uma comunicação entre os agricultores familiares e a gestão. Desta forma os agricultores conseguem um benefício melhor, apenas fazendo algumas alterações fáceis, sem que haja prejuízo financeiro a gestão pública, apenas pequenos acertos para que se possa chegar a uma melhor negociação.

#### **4.1 O Programa na Visão da Esfera Educacional**

A alimentação tem ampla influência no bem estar do organismo, assim como a deficiente ingestão de vitaminas e nutrientes necessários prejudica o desenvolvimento físico e intelectual das crianças e jovens em idade escolar. Desta forma, justifica-se a necessidade de oferecer para os alunos uma alimentação equilibrada para o seu desenvolvimento como um todo, inclusive na prevenção de doenças.

Através das entrevistas nas escolas conseguiu-se levantar algumas informações importantes com a direção das escolas e merendeiras, perceber que os entrevistados concordam nas inúmeras vantagens que esse programa viabiliza, principalmente na melhoria da qualidade da merenda, oferta de alimentos frescos e saudáveis aos alunos, os benefícios são tantos que o ideal seria aumentar a quantidade dos produtos adquiridos pela agricultora familiar.

Para efetivar as entrevistas, foram ministrados alguns questionamentos relacionados com a satisfação dos produtos entregues nas escolas. Pude perceber através das repostas obtidas a unanimidade em dizer que os produtos são de muito boa qualidade e que as quantidades e a entrega dos produtos é feita quase que diariamente isso colabora para o grande nível de aceitação por parte dos educandos.

Cabe ressaltar que os profissionais envolvidos com a escola destacaram as vantagens do Programa PNAE na merenda escolar através destas informações foi possível analisar que realmente houve uma mudança significativa na merenda escolar depois que o PNAE foi implantado nas escolas da rede pública do município, todos os entrevistados demonstram estar satisfeitos com a merenda fornecida aos alunos, as escolas possuem um cardápio

específico voltado aos produtos e costumes da região, contemplando os gostos dos alunos sem contar na qualidade dos produtos fornecidos sempre frescos e saudáveis. A única inconveniência citada é a dimensão do município, por ser pequeno não comporta a demanda necessária, tem poucos agricultores engajados no programa, por isso deve-se fazer um trabalho de informação e divulgação para que mais agricultores familiares se organizem e integrem no programa em razão de todas as suas vantagens.

Relato aqui as vantagens e sugestões mais relevantes dos entrevistados nas escolas para que através destas informações o programa possa avançar cada vez mais, aumentando a sua abrangência no município:

Entrevista D1: “Eu acho que é vantagem incentivar a nossa agricultura, a produção da região que compram produtos produzidos aqui na nossa terra embora às vezes o aspecto do produto selecionado ter um aspecto mais bonito no olhar, mas a gente sabe que é produzido na nossa terra e a gente sabe da onde vem e como os nossos agricultores trabalham eu creio honestamente, que os produtores procuram produzir um produto de boa qualidade sem tanto agrotóxico um produto mais natural para alimentar as nossas crianças”.

Entrevista D2: “Nossa são muitas as vantagens principalmente para os agricultores familiares. Os produtos são vindos direto dos agricultores, deu pra ver a melhora na qualidade da merenda, a última aquisição na licitação foi peixe, nossa as crianças adoraram ontem o cardápio foi pizza com recheio de peixe. A única desvantagem é que em municípios pequenos tem dificuldade de adesão de mais agricultores no programa, porque algumas vezes precisamos comprar no mercado por não ter quem nos forneça. Por ser município pequeno as vezes falta o produto, mas deixo claro que não é o PNAE, mas é problema da nossa realidade local”.

Merendeira M2: “Que a Secretaria da Educação inspecione bem os produtos trazidos pelos produtores, pois são eles que recebem os produtos, que eles façam visitas nas propriedades, vistoriando e analisando se estão dentro dos padrões exigidos de qualidade, como o leite, as massas, as bolachas. Ver se estes lugares têm boa higiene a gente nunca teve problema mas é uma sugestão só para se ter certeza de que a qualidade é boa mesmo”.

Diretora D2: “Eu acho que está bom, se pudesse com o tempo e nós tivéssemos condições no município de fornecer toda a merenda, nós conseguirmos pegar tudo da agricultura familiar seria muito bom, porque a qualidade é muito melhor, mas para isso nós teríamos que ter fornecedores suficientes para abastecer as nossas escolas e ainda não somos autossuficientes. O ano passado foi feita licitação e entrou uma Empresa de Passo Fundo uma

Associação de Produtores, licitação dos mercados, foi horrível a experiência, pois não entregavam certo e quando entregavam os produtos era de baixa qualidade, e os produtos daqui dos nossos produtores sempre foi de muito boa qualidade por isso que o ideal seria comprar tudo aqui com o passar do tempo”.

Após ter realizado as entrevistas pode-se analisar que em ambas as escolas do município de Camargo a merenda escolar é considerada muito boa pela direção das escolas, merendeiras e pelos alunos pela aceitação da mesma na hora da sua degustação, não há comparação com a merenda disponibilizada antigamente. É unânime a concepção da necessidade da permanência deste programa e dentro de sua disponibilidade a sua ampliação, pois todos ganham com o PNAE, principalmente as crianças que podem saborear uma merenda mais nutritiva e saudável.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O PNAE vem sofrendo diversas mudanças, porém uma das mais significativas foi a aprovação da Lei 11.947/09, pela qual a alimentação escolar passou a ser considerada direito humano.

A legislação determinou a obrigatoriedade da compra mínima de 30% do valor destinado a alimentação escolar feita diretamente com os agricultores familiares, valorizando os produtores e os produtos locais, bem como contribui para melhorar seus hábitos alimentares tornando-os mais saudáveis.

Diante das entrevistas realizadas, foram elencadas algumas vantagens e dificuldades enfrentadas pelos agricultores. Neste sentido uma vantagem da participação dos agricultores é a venda garantida de parte da sua produção para o abastecimento do PNAE, para tal comercialização foi necessária adequação no processo de organização da produção para a efetivação da venda dos produtos no programa. Assim, o planejamento da propriedade e da produção, com assistência técnica e apoio do poder público, vem ao encontro das necessidades destes produtores.

Percebe-se que no município de Camargo o programa PNAE traz vantagens aos agricultores como melhor renda familiar e satisfação pessoal de poder comercializar seus produtos com mais qualidade e aos alunos uma merenda escolar mais saudável e saborosa. Também se percebe que à carência no número de produtores a ingressar no programa, muitos

não demonstram interesse em participar das licitações oferecidas pela Prefeitura Municipal, em alguns casos é por terem receio de não se adaptarem ao programa.

Unindo esforços para superar estes entraves o município e a Assistência Técnica da Emater trabalham para mudar este pensamento e motivar mais agricultores a participar deste programa já que todos os participantes gostam e dizem que é muito bom fazer parte desta comercialização e atender a demanda das escolas. A solicitação feita pela direção de ambas às escolas do município é de que se adquira mais quantidade de produtos da agricultura local, se possível a sua totalidade isso seria o ideal, pois todos ganham, o agricultor familiar e os alunos.

Cabe salientar que além do esforço municipal e da assistência técnica da Emater também existem políticas públicas voltadas à valorização da agricultura familiar, como o ano Internacional da Agricultura Familiar. Este esforço conjunto demonstra o nível de importância deste setor da economia, sendo confirmada a nível mundial a preocupação em fortalecer, organizar e apoiar a economia primária, voltada a Agricultura Familiar.

Portanto, o PNAE é uma importante ferramenta para a aproximação entre a produção e o consumo de alimentos mais saudáveis, através da organização de todos os atores envolvidos e da relação entre produção e consumo no contexto das políticas públicas que fortalecem a saúde, a educação e a qualidade de vida de toda a população.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

**Ano Internacional da Agricultura Familiar** – Disponível nos sites: <<http://aiaf2014.gov.br/aiaf/o-ano-internacional>> e <<http://www.fao.org/family-farming-2014/home/objetivos-e-linhas-de-acao/pt/>> Acesso em: abr. 2014.

AMARAL, Volmir Ribeiro do. **Projeto de compra de merenda escolar diretamente dos agricultores familiares**. 2007.

BRASIL. Lei nº 11.346 de 15 de setembro de 2006. **Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN**. Brasília: DF, 2006.

BRASIL. **Ministério da Educação**, FNDE, 2011

BRUGNERA, Daniela. **Programa nacional de alimentação escolar**: uma oportunidade de fortalecimento da agricultura familiar e de promoção da segurança alimentar e nutricional em Camargo -RS, 2011. Graduação (Monografia), Curso de Tecnológico em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural. Departamento de Ciências Econômicas, UFRGS. Porto Alegre, 2011.

CASSEL, Guilherme. **Agricultura familiar: escolhas e desafios**. Disponível em: <<http://www.fabricadoagricultor.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=83>>. Acesso em: 24 mai. 2014.

CARLOS, Gil Antônio. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas,1996.

CONTI, Irio Luiz. **Segurança Alimentar e nutricional: noções básicas**. Passo Fundo: IFIBE,2009.

FNDE - **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação** Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar>>. Acesso em 19 abr. 2014.

GERHARDT, Tatiana E.; SILVEIRA, Denise T. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS,p. 121. 2008. Disciplina DERAD05.Apostila.

GUILHOTO, J.J.M., S.M.ICHIHARA, C.R. AZZONI, F.G.Silveira**Comparação entreo Agronegócio Familiar do Rio Grande do Sul e do Brasil**. Teoria e Evidência Econômica, Rio Grande do Sul, v.14, p.9-36,2006.

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2006. Camargo – RS**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/>>. Acesso em: 15 mai. 2014.

LEHFELD – Neide Aparecida de Souza **Metodologia de Pesquisa**, Enviado por Scarlet-Medeiros, nov. 2013 | 6 Páginas (1366 Palavras.) Disponível no site: <<http://www.trabalhosfeitos.com/ensaios/Metodologia-De-Pesquisa/43514074.html>>. Acesso em junho 2014

LODI, Marilde Pagnussat; ROMANINI, Alci Luiz. **Camargo e sua história**.1992. AAGE.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 2.ed., rev e ampliada. São Paulo: Atlas, 1990.

MELLO, Roxane Lopes. **Agricultura familiar sustentabilidade social e ambiental**.s/d. Disponível em: <[http://www.agro.unitau.br:8080/dspace/bitstream/2315/137/1/Roxane\\_AF.DS.pdf](http://www.agro.unitau.br:8080/dspace/bitstream/2315/137/1/Roxane_AF.DS.pdf)>.Acesso em: 15 jun. 2014.

MENEGETTI, Gilmar A. **Desenvolvimento, Sustentabilidade e Agricultura Familiar**. Disponível em:<[moodleinstitucional.ufrgs.br](http://moodleinstitucional.ufrgs.br)>. Acesso 23 mai. 2014.

MIOTTO, Amauri; PERIUS, Vergílio Frederico; WILLWOCK, Luiz. Agricultura familiar no foco das atenções. **Extensão Rural e Desenvolvimento sustentável/EMATER – ASCAR**. Porto Alegre, v.2; n.3, p16-24, set.2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. (Coleção temas sociais).

**Prefeitura Municipal de Camargo**. Disponível em: <<http://www.pmcamargo.com.br/index>> Acesso em: 12 mai. 2014.

PIB - Produto Interno Bruto dos Municípios 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat>>. Acesso em: 18 mai. 2014.

PORTUGAL, Alberto Duque, **O Desafio da agricultura familiar**. Disponível em: <<http://www.embrapa.br/imprensa/artigos/2002/artigo.2004-12-07.2590963189/>>. Acesso em: 1 mai. 2014.

SOUZA FILHO, Hildo M; BATALHA, Mário O. **Gestão Integrada da Agricultura Familiar**. São Carlos: Ed. UFSCAR, 2005.

SCHNEIDER, Sérgio. **Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS;

SULZBACHER Aline Weber. **Agroindústria familiar rural: Caminhos para estimular impactos sociais**. In: XIX Encontro Nacional de Geografia Agraria, São Paulo, 2009 . P 1-25.

TOSCANO, Luiz Fernando. **Agricultura familiar e seu histórico**. Disponível em: <[connepi.ifal.edu.br/ocs/anais/conteudo/.../1407-5023-1-PB.pdf](http://connepi.ifal.edu.br/ocs/anais/conteudo/.../1407-5023-1-PB.pdf), 2003>. Acesso em 12 mai. 2014.

WASTOWSKI, André Tomas et al. **Manual sobre Alimentação Escolar**. 2.ed. rev. Porto Alegre: Emater/RS; FETAG/RS, Prefeituras Municipais do Vale do Sinos e Paranhana/Encosta Superior da Serra, 2006.